

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL: APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

Jéssica da Costa Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: britojessica.c@gmail.com

Introdução

O objetivo deste estudo é identificar as Organizações Não Governamentais (ONGs) e/ou Empresas Privadas que fizeram parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), entre 2015 e 2022. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa dos programas educacionais implantados no estado, no período delimitado. O levantamento dos programas educacionais ocorreu nos sites públicos dos governos federal e estadual, bem como por meio dos decretos e legislações de Mato Grosso do Sul (MS) e na plataforma online da Rede Estadual de Ensino (REE/MS). Foram utilizados como descritores “programas educacionais”; “parceria”; e “instituição privada”. A partir dessa busca, destacaram-se três programas: *Programa de Educação em Tempo Integral (Escola de Autoria)*, *Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (Volta ao Novo)* e *Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança*.

O questionamento base para este trabalho é: quem são os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) que compõe a parceria público-privada na educação de MS (2015-2022)? O conceito de APH foi cunhado por Gramsci (2007), e trata-se de organizações que se dedicam à promoção de doutrinas, à formulação de diretrizes e à intervenção na criação de políticas públicas, além de atuarem de forma estrutural, fundamentadas em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado (CASIMIRO, 2018).

Acredita-se que esta pesquisa se justifica ao considerar que o privado tem atuado no setor público em escalas cada vez maiores. Essa atuação impacta o conteúdo e a organização da educação pública (PERONI; LIMA; KASER, 2018), especialmente pelo referencial mercadológico que as ONGs e Empresas Privadas promovem.

Desenvolvimento

O programa *Escola de Autoria* faz parte da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) nas redes públicas do país, desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) e em conformidade com a Lei n. 13.415/2017 e com a meta 6 do PNE (2014-2024)¹. Como menciona a Lei n. 4.973, de 29 de dezembro de 2016, que implantou o programa, seu objetivo é a “[...] ampliação da jornada escolar e o desenvolvimento de políticas direcionadas a melhoria da qualidade do ensino e a formação integral e integrada do estudante” (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 06).

O programa possui uma parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), por meio da assinatura do Acordo de Cooperação e da Lei nº 4.973. Conforme a plataforma da instituição², o ICE é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2003 por um grupo de empresários que buscavam desenvolver um novo modelo educacional e “restaurar o padrão de excelência do histórico e então em declínio Ginásio Pernambucano”, situado em Recife.

Em Mato Grosso do Sul, o ICE ficou responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico e da Gestão do novo programa do estado para o Ensino Médio, inclusive através de cartilhas de acolhimento, por exemplo, como mostra a reportagem³ publicada em 2023. O APH estabelece como parceiros o Instituto Natura e Instituto Sonho Grande, como investidores: Itaú, Fiat, Jeep, Instituto Cacau Show, entre outros; e parcerias com secretarias estaduais de educação de estados como Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Amazonas.

Durante a pandemia causada pela Covid-19, o Instituto Ayrton Senna (IAS) lançou o programa intitulado “Volta ao Novo”, com o objetivo de “[...] apoiar o desenvolvimento de competências socioemocionais de educadores e estudantes em escolas públicas” (IAS, s/d). Essa iniciativa foi realizada em parceria com o Conselho

¹ “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.” (BRASIL, 2014).

² Disponível em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em: 20 set. 2024.

³ ICE. Escola do MS realiza formação com a cartilha de acolhimento do ICE. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-de-mato-grosso-do-sul-realiza-formacao-com-estudantes-acolhedores/>. Acesso em: 24 set. 2024.

Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

NA REE/MS, o programa não foi implementado por meio de uma normativa, mas sim através de formações via webconferências para os profissionais das secretarias de educação que aderiram à proposta, além de lives voltadas para a sociedade em geral. Essa abordagem visou promover o envolvimento de professores e famílias no debate sobre o desenvolvimento de competências (SED, s/d). Vale destacar que essas formações foram organizadas pelo IAS e seus convidados, e não dentro da rede de ensino.

O IAS foi criado em 1994 e se apresenta publicamente como uma entidade do "terceiro setor" e se classifica como uma ONG sem fins lucrativos. Seu principal foco de trabalho está localizado na gestão escolar e suas propostas são orientadas por duas referências principais: a Pedagogia do Sucesso (2000) e o Manual Gestão Escolar: Gerenciando a Escola Eficaz (2007) (PERONI; COMERLATTO, 2017). Assim como o ICE, o IAS conta com a parceria financeira de empresas reconhecidas no cenário brasileiro e mundial, como Lenovo, Melitta, Sunset Tires, Visa e McDonalds.

O último programa analisado foi o Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”, que é uma política do governo do Estado elaborada na gestão do governador Reinaldo Azambuja (2015-2022) em parceria com o Instituto Natura, Bem Comum e Fundação Lemann. Uma das suas propostas é o Prêmio Escola Destaque, com previsão de repasses de até R\$ 2,4 milhões de reais, fato que opiniões diversas entre a Câmara Legislativa e a sociedade civil sul-mato-grossense.

A Fundação Lemann, um dos APH que apoia o programa, trabalha em duas frentes: “com iniciativa ligadas às escolas públicas e na formação de ‘jovens lideranças’” (CARIELLO, 2020, p. 6). Jorge Paulo Lemann, presidente do conselho, aponta em um relatório de 2003 que “[...] Se conseguirmos introduzir no ensino público e na educação em geral o princípio de foco em resultados para termos mais oportunidades com boa gestão, estaremos efetivamente contribuindo para o aperfeiçoamento da instrução no país;” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2003, p. 10 *apud* CARIELLO, 2020). Com isso, fica evidente a lógica empresarial adotada, com ênfase em resultado (em princípio nas avaliações em larga escala) e na Pedagogia do Sucesso. Este mesmo caráter é visto e defendido pelas demais instituições aqui citadas.

Conclusões

Embora atualmente haja um intenso debate sobre a "doutrinação" ideológica que os professores supostamente impõem a seus alunos – com projetos como Escola Sem Partido em disputa -, essa discussão raramente aborda a influência das empresas privadas sobre os estudantes. Nesse contexto, essas entidades operam dentro de uma complexa rede e seguem as diretrizes do neoliberalismo global, impactando a população brasileira por meio da educação pública. Assim, a educação torna-se um campo de disputa tanto ideológica quanto econômica, especialmente sob a influência do Banco Mundial e da UNESCO, com as ações do ICE, do IAS e da Fundação Lemann, se consolidando nessa realidade.

Referências

CARIELLO, Lisia. Aparelhos privados de hegemonia empresariais: os casos da Fundação Estudar e da Fundação Lemann. In: **Anais do XIX Encontro de História da ANPUH-Rio-História do Futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600179721_ARQUIVO_d447442259434c94a56323d8c98c2f16.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CASIMIRO, F. H. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 4.621**, de 22 de dezembro de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 4.973**, de 29 de dezembro de 2016, cria o Programa de Educação em Tempo Integral, denominado "Escola da Autoria". Disponível em:

PERONI, V. M. V.; COMERLATTO, L. P. Parceria Público-Privada e a Gestão da Educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva**, 2017, v. 35, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p113>. Acesso em: 24 set. 2024.

PERONI, V. M. V. LIMA, P. V. de; KADER, C. R. (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização Da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

